

13 DEZ 1967

3 DEZ 1967

O futuro não cai do céu

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

A capital brasileira está vivendo um tempo de história.

O fim de semana de Brasília Patrimônio Cultural da Humanidade proporcionou em Águas Claras um encontro de "seres egrégios", de que nos falava Gilberto Amado.

Numa mesa histórica, que dificilmente se repete, na companhia de damas nacionais, o Presidente da República José Sarney, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Rafael Mayer, o Presidente da Assembléa Nacional Constituinte, Juscelino Guimarães, o Diretor do Museu de Arte Moderna de São Paulo Pietro Maria Bardi, o decano do Senado Afonso Arinos, a viúva do fundador Dona Sara Kubitschek, o escritor maior Jorge Amado e a escritora consagrada Zélia Gattai, além dos três homenageados Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Burle Marx.

Era uma mesa bíblica, feita de personalidades com regência moral e cultura sobre o País. Todos nomes e personagens-símbolo que já se fizeram referência necessária nas diversas esquinas da inteligência, da cultura, da política, da literatura, das artes brasileiras.

Era uma mesa pedagógica, dizendo à Nação que o futuro não cai do céu. Nasce das mãos dos homens, de seu trabalho, seu talento, seu amor à Pátria e à humanidade.

O acontecimento tem dimensão para essa moldura, pois até agora o tí-

tulo ficou reservado apenas aos acervos da antiguidade ou monumentos com no mínimo um século de existência.

Foi através da eleição de Brasília que o Comitê do Patrimônio Mundial inaugurou o exame das expressões culturais do nosso século. Velhos e rígidos conceitos isolavam a noção de patrimônio no espaço cristalizado do passado.

O debate na Unesco mostrou que a cultura dos povos estava sendo confinada pelo imobilismo que acabaria por prejudicar a criação contemporânea.

Brasília, antes, havia despertado nosso país para a reflexão a respeito do desenvolvimento urbano, em tempo de acelerada descaracterização das cidades.

Belo Horizonte completou 90 anos ontem, no 12 de dezembro deste fim de ano de incertezas, perplexidades e esperanças. E Goiânia tem pouco mais de 50 anos. Ambas contemplam a triste realidade do atropelamento de seus projetos originais pelo rolo compressor da especulação imobiliária. Por isso mesmo, antes mesmo da mudança, pensou-se na necessidade de manter as características singulares da capital. A Lei San Tiago Dantas, de 1960, que regulamentei em outubro passado, estabelece a defesa do plano de Lúcio Costa.

O meu decreto, longe de constituir um "tombamento", garante a preservação das quatro escadas — a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica — de modo que a

cidade evolua sem perder sua marca inconfundível.

A eleição de Brasília não a imobiliza ou congela. Ao contrário, como escrevi para esclarecer informação equivocada, vem harmonizá-la com o projeto original, a fisionomia genuína e a identificação de um espaço urbano que deve estar a salvo da descaracterização promovida pela especulação imobiliária. Ao definir regras claras protegemos a construção civil e suas possibilidades, ao mesmo tempo em que reafirmamos normas indispensáveis para o respeito dos interesses dos habitantes de uma cidade singular no Mundo moderno.

Por outro lado, com o reconhecimento da Unesco passamos a merecer tratamento diferenciado das agências financeiras internacionais. Nesta véspera de Natal, por exemplo, já esperamos recursos decisivos do BID para os serviços de saneamento básico, despoluição do Lago Paranoá e abastecimento de água, pois a chancela do Patrimônio Mundial amplia as possibilidades da plena consolidação da metrópole. Os nomes de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer recebem, em vida, a mesma consagração conferida ao mineiro Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, quando o Santuário de Congonhas entrou na lista em que agora está Brasília, um bem cultural da humanidade, em bela conquista que nem Juscelino poderia sonhar.

José Aparecido de Oliveira é Governador do Distrito Federal.